



Direcção Nacional
Unidade Orgânica de Logística e Finanças
Departamento de Logística

Concurso Público n.º 28/DAC/2009

Aquisição de Equipamentos de Raio-X



Programa do Concurso

Artigo 1.º

Identificação e objecto do concurso

O presente concurso tem por objecto a aquisição de 5 (cinco) equipamentos de Raio-X, em conformidade com as especificações técnicas vertidas no caderno de encargos.

Artigo 2.º

Entidade pública contratante

A Entidade Pública Contratante é a Polícia de Segurança Pública, em representação do Estado Português, adiante designada por PSP, sita no Largo da Penha de França, n.º 1, 1170 – 298 Lisboa.

Artigo 3.º

Órgão Competente para decidir Contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Excelentíssimo Senhor Director Nacional, em 25 de Setembro de 2009, no uso das competências delegadas.

Artigo 4.º

Concorrentes

No presente procedimento podem participar como concorrentes quaisquer entidades, pessoa singular ou colectiva, desde que não se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Público, adiante designado por CCP.

Artigo 5.º

Documentos de habilitação

1. Os documentos constantes do artigo 81.º do CCP, só deverão ser entregues quando solicitados pela entidade adjudicante, em fase de notificação da adjudicação.
2. Os mesmos devem ser entregues 5 (cinco) dias após a notificação.

Artigo 6.º

Condições e elementos da Proposta ⁽¹⁾

1. A proposta é constituída pelos documentos constantes do artigo 57.º do CCP.
2. Na proposta, o concorrente deve indicar os seguintes elementos ⁽²⁾:
 - a) Os preços unitários, o preço total e a correspondente taxa legal do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) aplicável, respeitando os limites F_a e F_b mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do presente programa;
 - b) Prazo de garantia contra defeitos de fabrico, expresso exclusivamente em unidade/mês e respeitando os limites F_a e F_b mencionados na alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º do presente programa. ⁽³⁾⁽⁴⁾
 - c) Prazo de entrega, expresso em unidade/dia, sempre inferior a 25 (vinte e cinco) dias;

⁽¹⁾ Vide artigo 57º do CCP;

⁽²⁾ Vide alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP;

⁽³⁾ Vide artigo 444º do CCP;

⁽⁴⁾ Vide valores consideráveis, artigo 12.º do presente programa de concurso;



- d) Prazo de substituição dos bens que apresentem desconformidade ou anomalia técnica, expresso em unidade/dia, sempre inferior a 20 (vinte) dias;
3. Os preços apresentados pelos concorrentes serão líquidos e incluem todos os custos respeitantes aos bens a fornecer, nomeadamente, transporte e distribuição, seguros e outros encargos inerentes ao fornecimento.
4. Os preços unitários e o preço total da proposta devem ser sempre indicados em algarismos, não devendo incluir o IVA ⁽⁵⁾.
5. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas até 66 dias após a data prevista para abertura das propostas ⁽⁶⁾.
7. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.
8. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP e que o concorrente considere relevantes para apreciação da mesma.
9. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respectivos representantes, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo.

Artigo 7.º

Proposta Variante

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Disponibilização e acesso ao procedimento

Consulta ou aquisição do processo

1. O programa do concurso e o caderno de encargos encontram-se patentes para consulta na Divisão de Aquisições, Contratos e Gestão Patrimonial sita na Avenida António Augusto de Aguiar, no n.º 20, 8.º andar, em Lisboa, com o telefone n.º 213 588 446 e fax n.º 213 588 459 e no sítio da PSP (www.psp.pt).
2. O processo poderá ser adquirido, mediante o pagamento de 50,00 €, na tesouraria da Entidade Adjudicante sita na Travessa da Fábrica dos Pentes, n.º 22, r/c, 1269 - 003 Lisboa, todos os dias úteis, das 9:30 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:30 ⁽⁷⁾.
3. Poderá ainda ser solicitado o seu envio à cobrança, através do fax n.º 213 830 856 ou

⁽⁵⁾ Vide artigo 60º conjugado com o artigo 473º do CCP;

⁽⁶⁾ Vide artigo 65º do CCP;

⁽⁷⁾ Vide artigo 10º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;



do endereço de correio electrónico aquisicoes@psp.pt.

4. O pagamento deverá ser efectuado em numerário ou através de cheque emitido a favor da PSP.

Artigo 9.º

Dúvidas e Esclarecimentos / Erros e Omissões

Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do objecto e demais elementos do concurso, dirigindo os respectivos pedidos por escrito ao júri do concurso, através do fax n.º 213 588 459 ou através de correio electrónico para aquisicoes@psp.pt.

Artigo 10.º

Modo e Prazo de apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham, elaborados em suporte papel, vide n.º 1 do artigo 9.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, devem, sob pena de exclusão, dar entrada no Departamento de Logística – Divisão de Aquisições, Contratos e Gestão Patrimonial, sito na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 20, 8.º 1050 – 016 Lisboa, com o telefone n.º 213 588 446 e fax n.º 213 588 459, até às 16H30 do dia 17 de Novembro de 2009, ou enviados por correio registado e com aviso de recepção para a mesma morada, desde que a recepção ocorra até à data e hora atrás indicadas.
2. Os documentos que constituem a proposta devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita a palavra “Proposta”, indicando-se o nome do ou denominação social do concorrente e a designação do contrato a celebrar.
3. Será emitido recibo comprovativo da entrega da proposta. No caso do envio pelo correio, o aviso de recepção constituirá prova de entrega.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação ⁽⁸⁾

1. A adjudicação far-se-á, a uma só concorrente, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores, por ordem decrescente de importância e com a incidência percentual que se indica:

Factores	Ponderação
Preço Total	80%
Prazo de Garantia	20%

2. Em caso de igualdade na classificação atribuída, prevalecerá a proposta da concorrente que apresentar o preço mais baixo.

Artigo 12.º

Avaliação das propostas

1. A quantificação do mérito das propostas será realizada de forma linear e de acordo

⁽⁸⁾ Vide artigo 74.º do CCP;



com a aplicação das seguintes fórmulas matemáticas:

- a) O factor preço total será avaliado de acordo com a seguinte fórmula matemática:

L_{sup}	Limite superior da pontuação	20
L_{inf}	Limite inferior da pontuação	0
F_x	Preço Total Proposto	Variável
F_a	Maior valor considerável (sem IVA incluído)	213.750,00 €
F_b	Menor valor considerável (sem IVA incluído)	106.875,00 €
Avaliação do Factor Preço = $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))] \times \text{Ponderação}$		

- b) O factor prazo de garantia será avaliado da seguinte forma:

L_{sup}	Limite superior da pontuação	20
L_{inf}	Limite inferior da pontuação	0
F_x	Prazo de Garantia Proposto	Variável
F_a	Maior valor considerável	60 meses
F_b	Menor valor considerável	6 meses
Avaliação do Factor Prazo de Garantia = $[L_{inf} - ((L_{inf} - L_{sup}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))] \times \text{Ponderação}$		

2. O valor global da avaliação/mérito atribuída a cada proposta, decorrerá do somatório da apreciação de todos os factores/subfactores, considerando-se proposta economicamente mais vantajosa, a que comparativamente maior pontuação apresentar, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que melhores condições apresentar no factor preço.

Artigo 13.º

Acto Público do Concurso

1. Pelas 10.30 horas do dia 18 de Novembro de 2009, proceder-se-á, em acto público, à abertura dos invólucros recebidos.
2. O acto público de abertura das propostas realizar-se-á na Divisão de Aquisições, Contratos e Gestão Patrimonial, sita na Avenida António Augusto de Aguiar, no n.º 20, 8.º andar, em Lisboa.

Artigo 14.º

Caução

1. Para garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações, poderá ser exigida a prestação de caução no valor de 5% do montante total do fornecimento, com exclusão do IVA.
2. No caso de não ser exigida a prestação de caução, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar, desde que tal faculdade seja prevista no caderno de encargos.
3. O adjudicatário deve, após notificado da adjudicação e no prazo fixado no artigo 90.º do CCP, comprovar que prestou a caução.

Artigo 15.º

Modo de prestação da caução

1. As cauções podem ser prestadas por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou



garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário e emitidas de acordo com o anexo II.

2. O depósito de dinheiro ou títulos efectua-se numa instituição de crédito, à ordem da PSP.

3. Quando o depósito for efectuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respectivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa da Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.

4. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

5. Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução,

o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

6. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução.

7. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 15.º

Recurso ao Ajuste Directo

À entidade adjudicante reserva-se o direito de recorrer ao ajuste directo, quando se verificarem os pressupostos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do CCP.

Artigo 16.º

Direito aplicável ⁽⁹⁾

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplicar-se-á o regime previsto no CCP aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e, subsidiariamente, a demais legislação aplicável.

⁽⁹⁾ Vide artigo 280º do CCP;



Direcção Nacional
Unidade Orgânica de Logística e Finanças
Departamento de Logística

Anexos ao Programa de Concurso

Concurso Público n.º 28/DAC/2009



Anexo I **Declaração de Aceitação**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1. [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de []⁽¹⁾ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [] n.º []/[]/20[] [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁽³⁾:

a) []

b) []

Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

3. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por crime que afecte a sua honorabilidade profissional⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional]^{(5) (6)};
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional⁽⁸⁾]⁽⁹⁾;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuição para a segurança social em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal]⁽¹⁰⁾;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal]⁽¹¹⁾;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)⁽¹²⁾;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho⁽¹³⁾;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos

⁽¹⁾ Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas colectivas;

⁽²⁾ No caso do concorrente ser pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP;

⁽⁴⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação;

⁽⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação;

⁽⁶⁾ Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa colectiva;

⁽⁷⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação;

⁽⁸⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação;

⁽⁹⁾ Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa colectiva;

⁽¹⁰⁾ Declarar consoante a situação;

⁽¹¹⁾ Declarar consoante a situação;

⁽¹²⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

⁽¹³⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;



- termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] ⁽¹⁴⁾;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾ :
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum 98/773/JAI do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum 98/742/JAI do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.
4. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
5. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
6. O declarante tem pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- _____, de _____ de _____
- Assinatura(s) ⁽¹⁸⁾ _____

⁽¹⁴⁾ Declarar consoante a situação;

⁽¹⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação;

⁽¹⁶⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação;

⁽¹⁷⁾ Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa colectiva;

⁽¹⁸⁾ Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º do CCP.



Anexo II
Modelo de Garantia Bancária/Seguro Caução n.º
(a que se referem os n.ºs 2, 6 e 7 do artigo 90º do CCP)

Em nome e a pedido da firma _____, com sede em _____, adjudicatária do fornecimento de _____, vem o banco/companhia de seguros _____, com sede em _____, pelo presente documento, prestar, a favor da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública uma garantia bancária bancária/seguro caução, até ao montante em Euros ____, __ (valor em algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação de _____ nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88º e 90º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura (s) _____ (10)

(10) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º;



Caderno de Encargos

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato, a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto a aquisição de 5 (cinco) equipamentos de Raio-X.

Cláusula 2.ª

Especificações técnicas dos bens

Os bens objecto do presente concurso deverão permitir a realização de raio-x em tempo real, para o scanner ou em alternativa para película, respeitando integralmente a seguinte caracterização:

Características do Objecto	
Scanner 27"	5 cm de espessura
	Sem espelhos no interior
	Colocação na horizontal ou na vertical
	Cantos com protecção
	Pés de apoio
	Comunicação por Bluetooth com a fonte CP160 ou por cabo (incluído)
	Comunicação wireless 802,11 g e por cabo com 50 m (incluído)
	Led´s indicadores
	Resolução AWG 40, pixel 800 µm
	Penetração típica: 31 mm em aço; Penetração garantida: 26 mm.
	Tipo array de díodos PIN linear
	Gama dinâmica 4096 (12-bit)
	Área activa de 535mm x 410 mm
	Velocidade do scanner por linha: 0,5 m/min a 6m/min para alta penetração
	Operação a baterias
	Fornecido com: ▪ Bateria recarregável com capacidade para > 80 capturas; ▪ Carregador de baterias; ▪ Cabo de alimentação do carregador; ▪ Cabo de ligação do scanner à fonte CP160; ▪ Cabo com 50 metros para ligação ao PC; ▪ Saco de transporte em cordura; ▪ Mala de transporte rígida para maior protecção, dimensões externas 720x623x50mm (apenas).
Gerador de potência constante	Possibilidade de colocação horizontal e vertical com rotação do elemento
	Cátodo com 160 kV/0,5 mA
	Ponto focal com 0,8 x 0,7 mm – ângulo direccional 60º x 40º
	Unidade com micro-controlador integrado com sistema de teclado em poliéster
	Temporizador digital regulável de 1 seg a 300 seg
	Temporizador, kilovolts e ma ajustáveis por meio de teclado
	Botão start/stop + luz intermitente de segurança
	LCD 1 x 3,5 dígitos com iluminação
	Verdadeiro IP54 – à prova de água



	Fornecido com: ▪ 3 x baterias recarregáveis 36 VDC 1300 mAh; ▪ Filtro de concentração; ▪ Chave on/off; ▪ Comunicação Bluetooth integrado e dedicado; ▪ Conector para operação remota; ▪ Pega com sistema de absorção de choque; ▪ Fornecido com carregador rápido de baterias (1hr – 90 a 264 VAC) ▪ Manual de instruções; ▪ Mala de transporte robustecida com rodas, pegas e válvula de ar para o gerador + PC + acessórios. ▪ Peso de 9,3 Kgs com unidade totalmente blindada com pega e bateria, dimensão geral ø 124 x 490 mm (sem pega).
Computador portátil	Software de comando do equipamento e tratamento de imagem com histograma e visualização instantânea do estado dos equipamentos Intel core duo ≥ 2,2 GHz 15,4" WSXGA + ecrã LCD Bateria Carregador e cabo de alimentação 4Gb DDR2 667MHz SDRAM 120 GB HDD 24 x CD-RW/DVD Placa gráfica para funcionamento com o software fornecido Rato óptico Mala robustecida hermética e com válvula de ar para computador portátil 50 películas de revelação instantânea
Formação	Deverá ser ministrada em local a definir pela entidade pública contratante, na quantidade necessária para o perfeito entendimento do funcionamento do equipamento.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar, integra ainda os elementos constantes do disposto no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Preço base ⁽¹¹⁾

O preço base do contrato a celebrar será de € 213.750,00 € (duzentos e treze mil e setecentos e cinquenta euros), ao qual, acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

⁽¹¹⁾ Vide artigo 47º do CCP;



Artigo 5.º

Entrega dos bens

1. As entregas dos bens devem ser acompanhadas de guias de remessa e factura, correspondente à requisição oficial, emitida previamente.
2. O adjudicatário deverá considerar como local de entrega a Quinta da Águas Livres, em Belas, ou eventualmente outro local no território nacional, a definir pela entidade adjudicante.

Artigo 6.º

Prazos de entrega e substituição dos bens

1. Os bens a fornecer no âmbito do contrato deverão ser entregues nos prazos estipulados nas propostas adjudicadas, contados a partir da data de emissão das respectivas requisições, sendo fraccionadas de acordo com as necessidades da Polícia de Segurança Pública.
2. A substituição dos bens rejeitados deverá ocorrer no prazo definido na proposta adjudicada, contados a partir da data de emissão da notificação do facto.

Cláusula 7.ª

Prazo de Execução do Contrato

O contrato manter-se-á em vigor até à entrega ao contraente público da totalidade dos bens objecto do concurso, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Secção I

Obrigações do Fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 8.ª

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou no clausulado contratual, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens objecto do procedimento, no prazo proposto;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de substituição dos bens rejeitados, no prazo proposto.



Cláusula 9.ª

Conformidade dos bens a entregar ⁽¹²⁾

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula 2.ª do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objecto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
3. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objecto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos bens

Efectuada a entrega dos bens objecto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado procede, à inspecção quantitativa e qualitativa dos mesmos, no sentido de verificar a sua conformidade.

Cláusula 11.ª

Defeitos de fabrico

1. Nos casos em que a inspecção referida na cláusula anterior comprovarem inconformidades nos bens objecto do contrato ou caso existam defeitos ou discrepâncias com as características específicas e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, o contraente público deve informar por escrito o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo igual ou inferior ao prazo de entrega proposto, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e dos requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respectivo, o contraente público executará os procedimentos referidos na cláusula anterior.

Cláusula 12.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da legislação que disciplina os aspectos relativos à venda de bens e das garantias a ela relativas, o fornecedor garantirá, sem qualquer encargo para o contraente público, os bens objecto do contrato, pelo prazo indicado na sua proposta ⁽¹³⁾, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e

⁽¹²⁾ Vide artigo 441º do CCP;

⁽¹³⁾ Nos termos do n.º 5 do artigo 444º do CCP, o prazo de garantia não deve exceder dois anos, podendo ser superior, quando tratando-se de aspecto submetido à concorrência, seja proposto pelo fornecedor;



requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, e que se venham a revelar a partir da respectiva aceitação do bem.

2. A garantia incluirá o seguinte:

- a) O transporte do bem ou componentes defeituosos ou discrepantes, para o local de reparação ou substituição e a devolução dos bens em falta, reparados ou substituídos;
- b) A deslocação ao local da instalação ou da entrega;
- c) A mão-de-obra.

3. No prazo máximo de um mês, a contar da data em que o contraente público tenha detectado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respectiva reparação ou substituição.

4. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, acção de terceiros, de casos fortuitos ou de força maior.

5. Em caso de anomalia detectada no objecto do fornecimento, o fornecedor compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos, se a anomalia resultar de facto não lhe imputável.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 13.ª

Objecto do dever de sigilo

1. O Fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



Secção II

Obrigações do contraente público

Cláusula 14.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objecto do contrato para o respectivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.ª

Condições de pagamento ⁽¹⁴⁾

1. A quantia devida pelo contraente público nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 (sessenta) dias após a recepção da respectiva factura.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação dos bens ou assinatura do auto de recepção respectivo.
3. Para efeitos de pagamento por parte do contraente público, o fornecedor deve emitir uma única factura por cada requisição.
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados na factura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de transferência bancária.
6. Caso o contrato esteja sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nenhum pagamento poderá ser efectuado antes do contrato seja considerado conforme.

Cláusula 16.ª

Controlo e Fiscalização

O contraente público reserva-se o direito de verificar o cumprimento das condições fixadas no contrato, bem como, verificar as instalações onde os bens são armazenados ou são fabricados.

⁽¹⁴⁾ Vide artigo 299º do CCP;



Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 17.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Nos casos de incumprimento dos prazos de entrega, isto é, nos casos em que a entrega dos artigos se efectue para além do prazo proposto e que foi aceite nos termos do contrato, será de 1% por cada dia de atraso até ao limite de 30% do valor do contrato, prazo a partir do qual haverá lugar à rescisão do contrato sem quaisquer ónus ou encargos da responsabilidade da PSP.
- b) Quando o fornecedor não proceder à substituição dos artigos rejeitados o contraente público poderá rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial.

3. A exclusão de futuros procedimentos poderá ser decidida para o adjudicatário que, pela sua conduta contratual irregular, afectem o normal funcionamento da Instituição ou prejudiquem o regular desenvolvimento dos processos de aquisição ⁽¹⁵⁾.

Cláusula 18.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

⁽¹⁵⁾ Vide artigo 460.º do CCP;



- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objecto do contrato superior a 1 (um) mês ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso na entrega excederá esse prazo;
 - b) Recusa do fornecimento;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 3 meses;
 - b) Ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.



3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV

Caução, seguros e outros encargos

Cláusula 21.ª

Execução da caução

1. Os valores retidos para assegurar o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pela contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução dos valores retidos, contanto que para isso haja motivo.

3. A retenção parcial ou total dos valores retidos referidos nos números anteriores implica por parte do fornecedor a obrigação de proceder à reposição do respectivo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do contraente público, para esse efeito.

4. A retenção a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 22.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o fornecedor indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.



Cláusula 23.ª

Revisão de preços

Não é permitida a revisão dos preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.

Cláusula 24.ª

Outros encargos

Todas as despesas derivadas da prestação de cauções, da emissão de seguros, bem como do visto prévio do Tribunal de Contas, quando a eles houver lugar, são da responsabilidade do fornecedor.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 25.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 26.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 27.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª

Contagem dos prazos ⁽¹⁶⁾

Os prazos previstos no contrato suspendem-se aos sábados, domingos e dias feriados.

⁽¹⁶⁾ Vide artigo 470º do CCP conjugado com o artigo 72º do CPA.



Cláusula 29.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.